

X LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ACTA Nº 9

Aos vinte e um dias do mês de Novembro de dois mil e sete, pelas 15 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional. Estavam presentes as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados constantes da respectiva folha de registo.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia (RAR), o Vice-Presidente, Sr. Deputado Duarte Lima (PSD) deu início aos seus trabalhos, tendo sido aprovada a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **Distribuição e votação das actas:**
 - nº 4 (06 de Novembro 2007);
 - nº 5 (13 de Novembro 2007);
 - nº 6 (13 de Novembro 2007);
 - nº 7 (14 de Novembro 2007);
 - nº 8 (14 de Novembro 2007)
2. **Distribuição do Projecto de Lei 417/X/3ª (PCP) – “Estabelece o Regime Jurídico das Regiões de Turismo”**
3. **Relatório da OCM - sobre o Sector Vitivinícola**
4. **Requerimento do PCP (Solicita audição do Sr. Ministro da Agricultura a propósito da exoneração do Director Geral dos Recursos Florestais e da ordem de execução fiscal à Casa do Douro)**
5. **Pedidos de audiências:**
 - Junta de Freguesia de Milhazes
 - Junta de Freguesia de Vila Seca – Barcelos
6. **Outros assuntos**
 - Expediente

No ponto 1 da OT, não havendo sugestões da parte dos Srs. Deputados, foram aprovadas por unanimidade as **actas n.º 4 a 8**.

No ponto 2 da Ordem de Trabalhos, referente à **Distribuição do Projecto de Lei 417/X/3ª (PCP) – “Estabelece o Regime Jurídico das Regiões de Turismo”**, o Sr. Deputado Duarte Lima informou a Comissão que, de acordo com o seguimento do Método de Hondt, caberia ao PCP a elaboração do parecer seguinte. Porém, dado ser o PCP o autor da iniciativa e de acordo com as disposições regimentais (alínea b) do n.º 3 do Artigo 135.º), o Sr. Deputado Duarte Lima indagou ao Sr. Deputado José Soeiro (PCP) se pretendia usar da palavra nesta matéria, ao que este referiu que o PCP pretendia remeter a elaboração do parecer para outro partido, pelos motivos invocados. Desta forma, foi remetida ao CDS-PP a responsabilidade de elaboração do parecer.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dado que o prazo para elaboração do parecer estava perto do fim (na sequência do atraso na baixa do diploma à Comissão, em período de discussão e votação do Orçamento de Estado para 2008), o Sr. Deputado Duarte Lima colocou à consideração dos Srs. Deputados a possibilidade de requerer ao Presidente da Assembleia da República a prorrogação do prazo por 30 dias, prevista regimentalmente (n.º 2 do Artigo 136.º), tendo esta sugestão sido aprovada por unanimidade.

No ponto 3 da Ordem de Trabalhos, relativo ao **Relatório da OCM - sobre o Sector Vitivinícola**, o Sr. Deputado Jorge Almeida (PS) informou a Mesa e os Srs. Deputados que o relatório estava praticamente terminado, tendo solicitado o adiamento da sua apresentação e apreciação para a reunião sucessiva da CAEIDR. A Mesa tomou nota do pedido e solicitou aos serviços o agendamento deste ponto na Ordem de Trabalhos da reunião seguinte.

No ponto 4 da Ordem de Trabalhos, o Sr. Deputado José Soeiro apresentou o **Requerimento do PCP, que solicita audição do Sr. Ministro da Agricultura a propósito da exoneração do Director Geral dos Recursos Florestais e da ordem de execução fiscal à Casa do Douro**. O Sr. Deputado Duarte Lima recordou aos Srs. Deputados o calendário já estabelecido de audições com os membros do Governo, no âmbito do n.º 2 do Artigo 104.º do RAR), nomeadamente a data de Março de 2008 como prevista para a próxima audição com o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

O Sr. Deputado Jorge Almeida, mesmo não concordando inteiramente com o teor do requerimento, concordou que os problemas da política agrícola justificam a audição do Sr. Ministro mais cedo que Março de 2008.

Por seu turno, o Sr. Deputado Helder Amaral (CDS-PP) referiu votar favoravelmente o requerimento, dada a importância da matéria em questão, mas não pretendendo que tal coloque em causa vindas futuras do Sr. Ministro.

O Sr. Deputado Duarte Lima recordou os Srs. Deputados que se o Requerimento fosse aprovado, o Ministro poderia contar essa vinda no âmbito das disposições regimentais, não vindo posteriormente numa das outras datas programadas. Recordou, igualmente, a possibilidade de os Grupos Parlamentares fazerem uso dos agendamentos potestativos, decorrente das disposições regimentais (n.º 4 do artigo 104.º).

O Sr. Deputado José Soeiro considerou que deve ser feita outra leitura, a de que o número 4 deve ser o mínimo e que os Ministros podem vir mais vezes à Comissão parlamentar. Adicionalmente, propôs que o requerimento em discussão deveria ser junto a um outro requerimento, previamente aprovado em reunião da CAEIDR, para audição do Sr. Ministro sob questões relacionadas com a EDIA.

O Sr. Deputado Miguel Ginestal (PS) referiu que o PS não estaria disposto a aprovar o requerimento, dadas as incorrecções constantes do teor do texto, para além de dever ser aditada a possibilidade de o requerimento ser junto com o anterior referente à EDIA. Referiu ainda terem existido ocasiões anteriores para questionar o Ministro, nomeadamente no âmbito da discussão do OE e na Audição no contexto da Língua Azul.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Sr. Deputado José Soeiro considerou que não se poderiam discutir as matérias em apreço no âmbito das ocasiões referidas pelo Sr. Deputado Miguel Ginestal, dada a especificidade da discussão no âmbito do OE e que a audição no contexto da Língua Azul fora feita previamente aos acontecimentos que suscitaram a elaboração do requerimento por parte do PCP.

O Sr. Deputado Duarte Lima, resumindo as diversas intervenções, propôs ao Sr. Deputado José Soeiro reformular o requerimento integrando as diversas sugestões efectuadas e agendá-lo para a reunião seguinte, onde seria então votado. O Sr. Deputado José Soeiro concordou.

No ponto 5 da Ordem de Trabalhos, relativo ao **Pedido de audiência conjunta das Juntas de Freguesia de Milhazes e de Vila Seca (concelho de Barcelos)**, relativamente à exploração de caulinos, foi aprovado o pedido de audiência e deliberado constituir um grupo de trabalho para receber a delegação, com os seguintes Srs. Deputados: Miguel Laranjeiro (PS) – coordenador, Melchior Moreira (PSD), Helder Amaral (CDS-PP), Agostinho Lopes (PCP), Madeira Lopes (PEV). Os serviços ficaram de contactar a Sra. Deputada Alda Macedo (BE) afim de averiguar a sua disponibilidade para integrar o Grupo.

No ponto 6, relativo aos **Outros Assuntos**, o PSD distribuiu aos Srs. Deputados um requerimento, apresentado pela Sra. Deputada Rosário Águas (PSD) para concessão urgente de uma audiência à ANIT-LAR, integrada na reunião seguinte da CAEIDR. O Sr. Deputado Jorge Seguro (PS) sugeriu que fosse constituído um grupo para receber a ANIT-LAR, ao que a Sra. Deputada Rosário Águas (PSD) respondeu, considerando que, dada a urgência da matéria, se deveriam simplificar os procedimentos. O Sr. Deputado Helder Amaral manifestou-se favorável à concessão da audiência à ANIT-LAR. O Sr. Deputado Madeira Lopes manifestou o seu acordo em efectuar a audiência inserida na reunião da CAEIDR. O Sr. Deputado José Soeiro considerou que a concessão da audiência no âmbito da Comissão conferia mais dignidade à ANIT-LAR. O Sr. Deputado Jorge Seguro referiu que o PS viabilizaria a audiência no âmbito da reunião da CAEIDR, mesmo considerando que seria mais expedito efectuá-la em sede de um grupo de trabalho. A Sra. Deputada Rosário Águas agradeceu a disponibilidade dos Grupos Parlamentares.

O Sr. Deputado Duarte Lima colocou então o requerimento à votação, tendo sido este aprovado por unanimidade e deliberado conceder a audiência na reunião seguinte da CAEIDR, em ponto prévio autónomo.

O Sr. Deputado Jorge Almeida usou da palavra para informar a Mesa e os Srs. Deputados de uma iniciativa do Grupo de Trabalho – Defende o Montado, Valorizar a Fileira da Cortiça, de lançamento de um selo em cortiça, a 28 de Novembro, resultante de uma parceria AR/CTT, para a qual convidou todos os Srs. Deputados a estarem presentes.

O Sr. Deputado José Soeiro usou da palavra para recordar o requerimento do PCP aprovado em reunião prévia da CAEIDR, do qual emana a audição conjunta de diversas entidades, no âmbito da Execução da Lei n.º 12/2004. O Sr. Deputado Duarte Lima recordou que tinha sido acordado definir criteriosamente as entidades a ouvir. O Sr. Deputado José Soeiro propôs que o PCP poderia

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

disponibilizar à Mesa e aos GP uma listagem de entidades. O Sr. Deputado Almeida Henriques (PSD) recordou uma série de audições efectuadas em 2004 pela Comissão de Economia e Finanças de então, em matéria conexa, e cuja listagem de entidades poderia ser aproveitada. Os serviços de apoio à Comissão ficaram de sistematizar a referida listagem e disponibilizá-la aos Grupos Parlamentares.

Finalmente, foi analisado o expediente, não havendo notas dignas de registo.

A reunião foi dada por encerrada pelas 16 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Lisboa, 27 de Novembro de 2007.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Rui Vieira)